

# ***Eternit S.A. e Controladas***

*Demonstrações Financeiras Individuais e  
Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2011 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores da  
Eternit S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Reynaldo Awad Saad  
Contador  
CRC nº 1 SP 215056/O-1

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)			Nota	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
ATIVOS	explicativa	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21,352	15,101	42,333	39,751	Fornecedores	12	20,171	32,523	38,709	41,097
Investimentos temporários	5	26,588	40,900	26,588	40,900	Empréstimos e financiamentos	13	2,744	441	40,553	20,443
Contas a receber	6	72,592	63,889	156,273	135,299	Provisões e encargos sociais	14	14,834	19,638	27,861	34,842
Estoques	7	72,913	73,918	110,483	98,445	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		17,346	27,245	17,346	27,245
Impostos a recuperar	8	5,083	6,303	6,539	8,799	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	16.d	1,645	1,645	2,965	2,835
Partes relacionadas	10	22,864	16,120	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	10,712	9,357	23,454	29,937
Demais contas a receber		2,978	5,606	8,670	16,110	Demais contas a pagar		2,852	3,738	11,697	13,879
Total dos ativos circulantes		224,370	221,837	350,886	339,304	Total dos passivos circulantes		70,304	94,587	162,585	170,278
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		5,984	7,020	11,264	11,894	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	16.d	19,492	19,286	26,308	26,570
Impostos a recuperar	8	20,957	22,054	23,600	22,867	Empréstimos e financiamentos	13	1,671	1,071	7,891	3,491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	22,951	23,554	52,370	49,788	Partes relacionadas	10	33,573	24,750	-	-
Partes relacionadas	10	9,314	-	-	-	Provisão para riscos	19	20,085	18,457	46,845	37,966
Demais contas a receber		132	931	1,720	2,532	Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	6,698	6,757	6,812	7,017
Investimentos em controladas	9	183,487	175,441	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos		13	90	13	280
Outros investimentos		8	8	250	250	Remonte da mina	28	-	-	2,773	2,505
Imobilizado	11	119,873	124,999	225,889	209,989	Receitas antecipadas		-	181	-	482
Intangível	11	2,853	1,811	25,956	24,454	Outras contas a pagar		-	-	602	-
Total dos ativos não circulantes		365,559	355,818	341,049	321,774	Total dos passivos não circulantes		81,532	70,592	91,244	78,311
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17.a	334,251	334,251	334,251	334,251
						Reservas de capital		18,747	18,536	18,747	18,536
						Ações em tesouraria	17.d	(174)	(174)	(174)	(174)
						Reservas de lucros		85,269	59,863	85,269	59,863
						Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		438,093	412,476	438,093	412,476
						Participações não controladoras		-	-	13	13
						Total do patrimônio líquido		438,093	412,476	438,106	412,489
TOTAL DOS ATIVOS						TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		589,929	577,655	691,935	661,078			589,929	577,655	691,935	661,078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	explicativa	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	465,084	424,316	820,238	758,745
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	22	(336,531)	(297,876)	(496,455)	(432,219)
LUCRO BRUTO		<u>128,553</u>	<u>126,440</u>	<u>323,783</u>	<u>326,526</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	22	(51,940)	(41,932)	(97,294)	(88,403)
Gerais e administrativas		(34,356)	(42,503)	(84,119)	(89,683)
Remuneração da Administração	10.b	(8,818)	(8,313)	(11,727)	(11,628)
Despesas financeiras	24	(7,205)	(5,023)	(29,820)	(22,676)
Receitas financeiras	24	22,436	14,478	43,659	32,400
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(7,866)	(7,228)	(13,342)	(13,152)
Resultado da equivalência patrimonial	9	65,112	76,711	-	-
		<u>(22,637)</u>	<u>(13,810)</u>	<u>(192,643)</u>	<u>(193,142)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>105,916</u>	<u>112,630</u>	<u>131,140</u>	<u>133,384</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	18.a	(8,372)	(8,923)	(37,138)	(43,736)
Diferidos	18.a	(351)	(1,622)	3,191	12,436
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>97,193</u>	<u>102,085</u>	<u>97,193</u>	<u>102,084</u>
ATRIBUÍVEL A					
Participação dos acionistas controladores		97,193	102,085	97,193	102,084
Participações não controladoras		-	-	-	1
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>97,193</u>	<u>102,085</u>	<u>97,193</u>	<u>102,085</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$					
Básico	17.f	<u>1.09</u>	<u>1.14</u>	<u>1.09</u>	<u>1.14</u>
Diluído	17.f	<u>1.09</u>	<u>1.14</u>	<u>1.09</u>	<u>1.14</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$, exceto os valores por ação)

Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital		Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora (controladora BR GAAP)	Participação de acionistas não controladores	Total (consolidado IFRS e BR GAAP)
		Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações		Estatutária	Legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2010	334,152	18,513	-	(174)	6,260	9,900	22,141	-	390,792	11	390,803
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	102,084	102,084	1	102,085
Capital a integralizar	99	-	-	-	-	-	-	-	99	-	99
Constituição de reservas	-	-	23	-	-	-	-	-	23	-	23
Destinação do lucro líquido:											
Dividendos - R\$0,65 por ação em circulação	-	-	-	-	-	-	-	(58,155)	(58,155)	1	(58,154)
Juros sobre o capital próprio - R\$0,25 por ação em circulação	-	-	-	-	-	-	-	(22,367)	(22,367)	-	(22,367)
Apropriação para reservas	-	-	-	-	5,104	5,104	11,354	(21,562)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	334,251	18,513	23	(174)	11,364	15,004	33,495	-	412,476	13	412,489
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	97,193	97,193	-	97,193
Destinação do lucro líquido:											
Dividendos - R\$0,13 por ação em circulação	17.b	-	-	-	-	-	-	(47,956)	(47,956)	-	(47,956)
Juros sobre o capital próprio - R\$0,06 por ação em circulação	17.c	-	-	-	-	-	-	(23,620)	(23,620)	-	(23,620)
Apropriação para reservas	17.h e 17.i	-	-	-	4,859	4,859	15,899	(25,617)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	334,251	18,513	23	(174)	16,223	19,863	49,394	-	438,093	13	438,106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	(BR GAAP)		(IFRS e BR GAAP)	
	explicativa	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		97,193	102,085	97,193	102,085
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(65,112)	(76,711)	-	-
Depreciação e amortização	11	11,460	9,051	22,806	18,154
Realização da mais alta valia nos estoques da Tégula		-	-	-	2,539
Resultado na baixa de ativos permanentes		5,661	349	5,843	(1,847)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		615	847	409	2,253
Provisão para riscos	19	1,628	7,009	8,011	14,560
Reversão de (provisão para) perdas diversas		(651)	1,635	(999)	4,437
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		3,199	1,430	115	(881)
Rendimento de aplicações financeiras		(3,489)	(4,360)	(3,489)	(4,360)
Realização de despesas antecipadas		290	1,405	481	1,929
Realização de receitas antecipadas		(209)	(270)	(1,560)	(600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	351	1,622	(3,191)	(12,436)
		50,936	44,092	125,619	125,833
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(13,863)	(16,186)	(21,547)	(21,591)
Estoque		1,905	(29,690)	(11,138)	(32,064)
Impostos a recuperar		3,285	(2,354)	2,496	(3,047)
Juros recebidos		-	289	-	289
Depósitos judiciais		1,036	(3,574)	630	(4,577)
Outros ativos		2,360	(3,007)	8,456	(3,404)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(4,216)	14,756	(2,367)	16,521
Impostos , taxas e contribuições a recolher		8,168	14,012	21,480	48,900
Provisões e encargos sociais		(4,804)	10,211	(6,981)	12,431
Pagamento de riscos trabalhistas, cíveis e fiscais		-	(2,233)	-	(2,233)
Outros passivos		1,150	(458)	2,318	(901)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		45,957	25,858	118,966	136,157
Juros pagos		(411)	(91)	(175)	(91)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8,643)	(7,879)	(29,939)	(35,963)
Dividendos recebidos		55,721	56,458	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		92,624	74,346	88,852	100,103
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Investimentos temporários		17,799	28,860	17,799	28,860
Partes relacionadas	10	(9,314)	-	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado		54	730	203	2,010
Aquisição da controlada Tégula menos saldo líquido de caixa adquirido		-	-	-	(34,303)
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11	(13,233)	(31,055)	(46,356)	(58,541)
Aumento de capital em controlada - Neptune		-	(41,996)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4,694)	(43,461)	(28,354)	(61,974)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimo e financiamentos - terceiros		2,464	2,916	147,147	126,524
Mútuo com empresa ligada	10	(2,156)	(373)	-	-
Aumento de capital		-	99	-	99
Ágio na emissão de ações		-	23	-	23
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(512)	(4,455)	(123,588)	#####
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(81,475)	(71,397)	(81,475)	(71,397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(81,679)	(73,187)	(57,916)	(78,850)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		6,251	(42,302)	2,582	(40,721)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	4	15,101	57,403	39,751	80,472
No fim do exercício	4	21,352	15,101	42,333	39,751
		6,251	(42,302)	2,582	(40,721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ETERNIT S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
RECEITAS					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	628,960	574,610	1,071,780	991,302
Outras receitas		3,478	783	6,454	8,442
Receitas relativas à construção de ativos próprios		12	12,245	2,195	13,188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(615)	(847)	(409)	(2,253)
Total		<u>631,835</u>	<u>586,791</u>	<u>1,080,020</u>	<u>1,010,679</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo das mercadorias vendidas		(300,764)	(295,081)	(465,104)	(389,845)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(117,570)	(104,333)	(159,859)	(192,097)
Perda/recuperação de valores ativos		(9,363)	(7,710)	(9,363)	(7,736)
Outras doações		(454)	(2,453)	(1,053)	(5,776)
		<u>(428,151)</u>	<u>(409,577)</u>	<u>(635,379)</u>	<u>(595,454)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>203,684</u>	<u>177,214</u>	<u>444,641</u>	<u>415,225</u>
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	11	(11,460)	(9,051)	(22,806)	(18,154)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>192,224</u>	<u>168,163</u>	<u>421,835</u>	<u>397,071</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	9	65,112	76,711	-	
Receitas financeiras	24	22,436	14,478	43,659	32,400
Outros		(3,712)	697	(3,358)	1,217
		<u>83,836</u>	<u>91,886</u>	<u>40,301</u>	<u>33,617</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>276,060</u>	<u>260,049</u>	<u>462,136</u>	<u>430,688</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		<u>276,060</u>	<u>260,049</u>	<u>462,136</u>	<u>430,688</u>
Pessoal:					
Remuneração direta		51,418	46,390	105,313	94,054
Benefícios		21,458	25,777	44,490	49,539
FGTS		5,011	3,700	8,907	6,615
		<u>77,887</u>	<u>75,867</u>	<u>158,710</u>	<u>150,208</u>
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		68,323	61,427	122,919	110,047
Estaduais		20,616	13,182	46,129	39,878
Municipais		857	769	1,255	1,135
		<u>89,796</u>	<u>75,378</u>	<u>170,303</u>	<u>151,060</u>
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		7,205	5,023	28,300	22,524
Aluguéis		3,979	1,696	7,630	4,811
		<u>11,184</u>	<u>6,719</u>	<u>35,930</u>	<u>27,335</u>
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	17.b	47,956	58,156	47,956	58,155
Juros sobre o capital próprio	17.c	23,620	22,368	23,620	22,367
Lucros retidos	17.g	25,617	21,561	25,617	21,562
Participações não controladoras		-	-	-	1
		<u>97,193</u>	<u>102,085</u>	<u>97,193</u>	<u>102,085</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. (“Companhia” ou “Eternit”), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 17).

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Paraná e do Rio de Janeiro.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. (“Precon”) possui uma fábrica na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
- A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. (“Tégula”) possui seis fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, e tem como atividade principal a industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
- A controlada Sama S.A. Minerações Associadas (“Sama”), sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, é a única mineradora de crisotila do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do mineral crisotila, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.
- A controlada Engedis Distribuição Ltda. (“Engedis”), localizada na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, não possui atividade econômica.
- A controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. (“Prel”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como principal objeto social a participação em empresas industriais e comerciais.
- As controladas Wagner Ltda. (“Wagner”) e Wagner da Amazônia Ltda. (“Wagner da Amazônia”), localizadas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, não possuem atividade econômica.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo estão descritos na nota explicativa nº 25.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

## 2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

### Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

## 2.3. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

### 2.3.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

#### 2.4. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

#### 2.5. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

## 2.6. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada Empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada Empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

## 2.7. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

## 2.8. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

## 2.9. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

## 2.10. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.10.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por

cada Empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 18).

#### 2.10.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 18).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, quando aplicável.

#### 2.11. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## 2.12. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período de relatório, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

## 2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada período de relatório, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

## 2.14. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

## 2.15. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 16.

A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, valorizando os gastos com base em cotações de mercado.

#### 2.16. Ajuste a valor presente

O contas a receber e a pagar estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica “Receitas (despesas) financeiras” nas demonstrações do resultado.

#### 2.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma Empresa do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### 2.18. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas das demonstrações financeiras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 2.19. Juros sobre o capital próprio

São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião do Conselho de Administração e recebem o mesmo tratamento contábil dos dividendos (vide nota explicativa nº 17).

#### 2.20. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.



A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## 2.21. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras do Grupo

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras do Grupo:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações do Grupo, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

#### 3.1. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

### 3.1.1. Valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Não foram identificados indícios de redução do valor recuperável do ágio.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Controlada:		
Sama	16.559	16.559
Tégula	<u>3.436</u>	<u>3.436</u>
	<u>19.995</u>	<u>19.995</u>

### 3.1.2. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.11, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveriam ser aumentados e suportados por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais.

### 3.1.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

### 3.1.4. Provisão para riscos

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração do Grupo acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

## 3.1.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 16. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldos de caixa e bancos	2.011	1.769	5.243	3.357
Fundos de investimento	<u>19.341</u>	<u>13.332</u>	<u>37.090</u>	<u>36.394</u>
Total	<u>21.352</u>	<u>15.101</u>	<u>42.333</u>	<u>39.751</u>

No exercício, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 104% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 2010), tendo, basicamente, em sua carteira fundos referenciados - CDI e Renda Fixa. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

## 5. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS (APLICAÇÕES FINANCEIRAS)

Os investimentos temporários têm como objetivo principal financiar os investimentos permanentes do Grupo e foram aplicados em fundos de investimentos remunerados no período por taxas médias de 104% da variação do CDI (103% em 2010).

## 6. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contas a receber de clientes	77.501	67.633	168.259	146.336
(-) Ajuste a valor presente	(2.077)	(1.527)	(5.516)	(4.654)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.832)</u>	<u>(2.217)</u>	<u>(6.470)</u>	<u>(6.383)</u>
Total	<u>72.592</u>	<u>63.889</u>	<u>156.273</u>	<u>135.299</u>

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
A vencer	72.926	64.331	153.369	133.095
Valores vencidos:				
Até 30 dias	745	1.115	5.926	5.108
Entre 30 e 60 dias	163	196	350	1.053
Acima de 60 dias	<u>3.667</u>	<u>1.991</u>	<u>8.614</u>	<u>7.080</u>
Total	<u>77.501</u>	<u>67.633</u>	<u>168.259</u>	<u>146.336</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldo inicial	(2.217)	(1.623)	(6.383)	(4.485)
Adição	(884)	(847)	(1.083)	(2.253)
Reversão	8	43	(57)	71
Baixa	<u>261</u>	<u>210</u>	<u>1.053</u>	<u>284</u>
Total	<u>(2.832)</u>	<u>(2.217)</u>	<u>(6.470)</u>	<u>(6.383)</u>

Nenhum cliente da controladora representa mais de 1,5% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2011 (1,66% em 2010).

## 7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Produtos acabados	35.368	40.723	53.280	49.252
Produtos em elaboração	-	-	1.553	1.976
Revenda	18.128	10.706	23.423	13.242
Matérias-primas	16.445	20.903	15.698	20.364
Materiais auxiliares	2.972	2.486	17.268	15.180
Provisão para perdas (*)	<u>-</u>	<u>(900)</u>	<u>(739)</u>	<u>(1.569)</u>
Total	<u>72.913</u>	<u>73.918</u>	<u>110.483</u>	<u>98.445</u>

(\*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” nas demonstrações do resultado.

O custo total dos estoques reconhecido como despesa e incluído na rubrica “Custo dos produtos vendidos” está divulgado na nota explicativa nº 22.

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Circulante:				
ICMS	1.486	1.279	1.972	1.718
IRRF	432	509	603	715
IRPJ	1.211	2.323	1.681	3.458
CSLL	92	739	248	1.287
IRRF - juros sobre o capital próprio	373	412	373	548
Fundo FOMENTAR - ICMS	1.080	685	1.092	711
COFINS e outros	<u>409</u>	<u>356</u>	<u>570</u>	<u>362</u>
Total	<u>5.083</u>	<u>6.303</u>	<u>6.539</u>	<u>8.799</u>
Não circulante:				
ICMS e outros	1.145	3.052	3.786	3.865
IRRF	12.606	12.090	12.608	12.090
IRPJ	<u>7.206</u>	<u>6.912</u>	<u>7.206</u>	<u>6.912</u>
Total	<u>20.957</u>	<u>22.054</u>	<u>23.600</u>	<u>22.867</u>

## 9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

	Controladora (BR GAAP)	
	Participação e capital votante detidos - %	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Controladas:		
Engedis	99,99	99,99
Precon	99,99	99,99
Prel	99,99	99,99
Sama	99,99	99,99
Tégula	99,99	99,99
Wagner	99,85	99,85
Wagner da Amazônia	99,85	99,85

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)						
	Precon	Prel	Sama	Tégula	Neptune	Wagner	Total
Em 1º de janeiro de 2010	12.429	7.967	93.365	-	-	6.019	119.780
Aumento de capital	-	-	-	-	41.996	-	41.996
Dividendos	(8.852)	(440)	(44.026)	-	(3.020)	-	(56.338)
Juros sobre o capital próprio	(668)	(437)	(4.774)	(400)	(672)	-	(6.951)
Equivalência patrimonial	11.207	879	52.704	11.271	2.716	(2.066)	76.711
Correção monetária complementar - IFRS	-	-	-	243	-	-	243
Incorporação	-	-	-	41.020	(41.020)	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	14.116	7.969	97.269	52.134	-	3.953	175.441
Dividendos	(7.600)	(1.763)	(38.364)	-	-	(14)	(47.741)
Juros sobre o capital próprio	(668)	(436)	(5.053)	(2.958)	-	(25)	(9.140)
Equivalência patrimonial	9.853	2.153	48.357	4.604	-	145	65.112
Correção monetária complementar - IFRS	(7)	(57)	(93)	(28)	-	-	(185)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>15.694</u>	<u>7.866</u>	<u>102.116</u>	<u>53.752</u>	<u>-</u>	<u>4.059</u>	<u>183.487</u>

## 10. PARTES RELACIONADAS

### a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Saldos:		
Ativo circulante-		
Contas a receber: (i)		
Sama	-	1
Precon	1.925	1.154
Tégula	<u>7</u>	<u>-</u>
	<u>1.932</u>	<u>1.155</u>
Ativo não circulante (mútuo - Tégula)	<u>9.314</u>	<u>-</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:		
Sama	13.922	12.550
Prel	1.174	188
Precon	2.180	2.247
Tégula	<u>3.656</u>	<u>1.135</u>
	<u>20.932</u>	<u>16.120</u>



		Controladora (BR GAAP)	
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Passivo circulante e não circulante:			
Passivos com partes relacionadas:			
Fornecedores- (i)			
Sama		8.108	7.173
Outras contas a pagar-			
Prel		25	-
Mútuo: (ii)			
Sama		25.442	23.177
Prel		<u>(2)</u>	<u>1.573</u>
Total		<u>33.573</u>	<u>24.750</u>
		01/01/11 a	01/01/10 a
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Transações:			
Vendas:			
Precon		15.421	13.092
Tégula		<u>137</u>	<u>270</u>
Total		<u>15.558</u>	<u>13.362</u>
Compras-			
Sama		80.157	79.987
Descontos obtidos-			
Sama		3.485	3.368
Despesas administrativas-			
Prel		<u>281</u>	<u>259</u>
Total		<u>83.923</u>	<u>83.614</u>
Juros sobre mútuo:			
Despesas -			
Sama		2.667	2.075
Prel		<u>179</u>	<u>141</u>
Total		<u>2.846</u>	<u>2.216</u>
Receitas-			
Juros sobre mútuo-			
Tégula		<u>369</u>	<u>-</u>
Juros sobre o capital próprio:			
Sama		5.053	4.774
Prel		436	436
Precon		668	668
Wagner		25	-
Tégula		<u>2.958</u>	<u>1.867</u>
Total		<u>9.140</u>	<u>7.745</u>

- (i) Os saldos a receber e a pagar referem-se a fornecimentos e compras de matérias-primas (mineral crisotila) e produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados nas rubricas de circulante.
- (ii) Refere-se aos contratos de mútuo sobre os quais incide a variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

Todas as transações entre partes relacionadas foram eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o exercício é a seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Salários e honorários	3.042	2.895	4.003	3.755
Participação nos lucros	3.194	2.300	4.090	3.093
Gratificação	<u>2.582</u>	<u>3.118</u>	<u>3.634</u>	<u>4.780</u>
Total	<u>8.818</u>	<u>8.313</u>	<u>11.727</u>	<u>11.628</u>

O Conselho de Administração do Grupo aprovou em 2006 um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. O Grupo concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do bônus recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar é baseado na valorização da ação nos últimos 12 meses e deve ser integralmente investido em ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de um ano após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% por ano. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

Não há bônus provisionados em 31 de dezembro de 2011 para o pessoal-chave da Administração.

Foram adquiridas pela Diretoria, até 31 de dezembro de 2011, 1.454.277 ações - ETER3 (1.339.706 ações - ETER3 até 31 de dezembro de 2010).

## 11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

		Controladora (BR GAAP)			
		31/12/11		31/12/10	
	Taxas anuais de depreciação/ amortização - %	Depreciação/ amortização acumulada			
		Custo		Total	Total
<u>Imobilizado</u>					
Terrenos	-	701	-	701	701
Edifícios e benfeitorias	4	31.805	(17.928)	13.877	14.084
Máquinas e equipamentos	8,6	89.797	(42.380)	47.417	49.549
Ferramentas e moldes	15	12.772	(7.574)	5.198	4.818
Instalações	10	76.780	(34.815)	41.965	45.341
Veículos	20	3.498	(2.391)	1.107	1.499
Móveis e utensílios	10	3.950	(1.985)	1.965	2.021
Equipamentos de informática	20	3.223	(2.306)	917	832
Imobilizações em andamento	-	<u>6.726</u>	<u>-</u>	<u>6.726</u>	<u>6.154</u>
		<u>229.252</u>	<u>(109.379)</u>	<u>119.873</u>	<u>124.999</u>
<u>Intangível</u>					
Softwares	20	6.770	(3.928)	2.842	1.785
Outros	15	<u>11</u>	<u>-</u>	<u>11</u>	<u>26</u>
		<u>6.781</u>	<u>(3.928)</u>	<u>2.853</u>	<u>1.811</u>

Imobilizado

	Controladora (BR GAAP)									
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
<u>Custo</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2010	701	31.320	90.221	11.371	74.127	3.566	3.718	2.910	6.154	224.088
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	11.628	11.628
Baixas	-	-	(6.096)	(5)	(217)	(67)	(25)	(54)	-	(6.464)
Transferências	-	485	5.672	1.406	2.870	(1)	257	367	(11.056)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>701</u>	<u>31.805</u>	<u>89.797</u>	<u>12.772</u>	<u>76.780</u>	<u>3.498</u>	<u>3.950</u>	<u>3.223</u>	<u>6.726</u>	<u>229.252</u>
<u>Depreciação</u>										
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(17.236)	(40.672)	(6.553)	(28.786)	(2.067)	(1.697)	(2.078)	-	(99.089)
Adições	-	(682)	(2.359)	(1.008)	(5.922)	(391)	(306)	(280)	-	(10.948)
Baixas	-	-	468	2	54	66	16	52	-	658
Transferências	-	(10)	183	(15)	(161)	1	2	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>(17.928)</u>	<u>(42.380)</u>	<u>(7.574)</u>	<u>(34.815)</u>	<u>(2.391)</u>	<u>(1.985)</u>	<u>(2.306)</u>	<u>-</u>	<u>(109.379)</u>
<u>Valor residual</u>										
Em 31 de dezembro de 2010	<u>701</u>	<u>14.084</u>	<u>49.549</u>	<u>4.818</u>	<u>45.341</u>	<u>1.499</u>	<u>2.021</u>	<u>832</u>	<u>6.154</u>	<u>124.999</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>701</u>	<u>13.877</u>	<u>47.417</u>	<u>5.198</u>	<u>41.965</u>	<u>1.107</u>	<u>1.965</u>	<u>917</u>	<u>6.726</u>	<u>119.873</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

Intangível

	Controladora (BR GAAP)		
	Softwares	Outros	Total
<u>Custo</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.298	26	5.324
Adições	1.605	-	1.605
Baixas	<u>(133)</u>	<u>(15)</u>	<u>(148)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>6.770</u>	<u>11</u>	<u>6.781</u>
<u>Amortização</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.513)	-	(3.513)
Adições	(512)	-	(512)
Baixas	<u>97</u>	<u>-</u>	<u>97</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(3.928)</u>	<u>-</u>	<u>(3.928)</u>
<u>Valor residual</u>			
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.785</u>	<u>26</u>	<u>1.811</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>2.842</u>	<u>11</u>	<u>2.853</u>

	Taxas anuais de depreciação/ amortização - %	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		31/12/11			31/12/10
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Total	Total
<u>Imobilizado</u>					
Terrenos	-	4.084	-	4.084	4.084
Edifícios e benfeitorias	4	78.077	(44.466)	33.611	29.881
Máquinas e equipamentos	8,6	171.193	(97.460)	73.733	66.532
Maquinismo de extração	28,4	16.360	(13.276)	3.084	2.883
Ferramentas e moldes	15	25.597	(15.120)	10.477	9.091
Instalações	10	203.317	(137.155)	66.162	63.794
Veículos	20	13.086	(8.809)	4.277	4.173
Veículos fora-de-estrada	25	4.105	(3.820)	285	19
Móveis e utensílios	10	12.554	(6.343)	6.211	5.021
Equipamentos de informática	20	7.045	(5.326)	1.719	1.537
Remonte da mina	2,9	1.847	(211)	1.636	1.689
Recursos minerais	5,3	13.387	(2.183)	11.204	11.900
Imobilizações em andamento	-	<u>9.406</u>	<u>-</u>	<u>9.406</u>	<u>9.385</u>
		<u>560.058</u>	<u>(334.169)</u>	<u>225.889</u>	<u>209.989</u>

Intangível

Ágio sobre investimentos	-	19.995	-	19.995	19.995
Softwares	20	11.722	(7.006)	4.716	3.214
Marcas e patentes	-	1.156	-	1.156	1.156
Outros	15	<u>90</u>	<u>(1)</u>	<u>89</u>	<u>89</u>
		<u>32.963</u>	<u>(7.007)</u>	<u>25.956</u>	<u>24.454</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

Imobilizado

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)													
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora-de- -estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
<u>Custo</u>														
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.084	72.727	160.369	16.023	25.416	191.129	11.987	3.829	10.626	6.366	1.847	13.387	9.384	527.174
Adições	-	3.038	11.604	-	2.476	1.459	1.303	-	1.275	183	-	-	22.602	43.940
Baixas	-	(22)	(6.333)	-	(3.701)	(217)	(483)	-	(187)	(113)	-	-	-	(11.056)
Transferências	-	2.334	5.553	337	1.406	10.946	279	276	840	609	-	-	(22.580)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>4.084</u>	<u>78.077</u>	<u>171.193</u>	<u>16.360</u>	<u>25.597</u>	<u>203.317</u>	<u>13.086</u>	<u>4.105</u>	<u>12.554</u>	<u>7.045</u>	<u>1.847</u>	<u>13.387</u>	<u>9.406</u>	<u>560.058</u>
<u>Depreciação</u>														
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(42.846)	(93.837)	(13.140)	(16.325)	(127.335)	(7.814)	(3.810)	(5.604)	(4.829)	(158)	(1.487)	-	(317.185)
Adições	-	(1.428)	(4.656)	(136)	(2.328)	(9.713)	(1.419)	(10)	(897)	(555)	(53)	(696)	-	(22.031)
Baixas	-	70	599	-	3.548	54	422	-	156	58	-	-	-	5.047
Transferências	-	(262)	434	-	(15)	(161)	2	-	2	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>(44.466)</u>	<u>(97.460)</u>	<u>(13.276)</u>	<u>(15.120)</u>	<u>(137.155)</u>	<u>(8.809)</u>	<u>(3.820)</u>	<u>(6.343)</u>	<u>(5.326)</u>	<u>(211)</u>	<u>(2.183)</u>	<u>-</u>	<u>(334.169)</u>
<u>Valor residual</u>														
Em 31 de dezembro de 2010	<u>4.084</u>	<u>29.881</u>	<u>66.532</u>	<u>2.883</u>	<u>9.091</u>	<u>63.794</u>	<u>4.173</u>	<u>19</u>	<u>5.022</u>	<u>1.537</u>	<u>1.689</u>	<u>11.900</u>	<u>9.384</u>	<u>209.989</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.084</u>	<u>33.611</u>	<u>73.733</u>	<u>3.084</u>	<u>10.477</u>	<u>66.162</u>	<u>4.277</u>	<u>285</u>	<u>6.211</u>	<u>1.719</u>	<u>1.636</u>	<u>11.204</u>	<u>9.406</u>	<u>225.889</u>

Em razão de processos judiciais, a controlada Sama ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor residual de R\$1.550.



[página intencionalmente deixada em branco]

Intangível

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Softwares	Outros	Ágio	Marcas e patentes	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	9.306	90	19.995	1.156	30.547
Adições	<u>2.416</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.416</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>11.722</u>	<u>90</u>	<u>19.995</u>	<u>1.156</u>	<u>32.963</u>
<u>Amortização</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(6.092)	(1)	-	-	(6.093)
Adições	(915)	-	-	-	(915)
Baixas	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>(7.006)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.007)</u>
<u>Valor residual</u>					
Em 31 de dezembro de 2010	<u>3.214</u>	<u>89</u>	<u>19.995</u>	<u>1.156</u>	<u>24.454</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.176</u>	<u>89</u>	<u>19.995</u>	<u>1.156</u>	<u>25.956</u>

## Composição do ágio

	Data	Ágio	Amortização 31/12/10	Saldo em 31/12/10	Saldo em 31/12/11
<u>Controlada adquirida</u>					
Sama	Dezembro/97	45.608	(36.484)	9.124	9.124
Sama (6.903.333 ações em tesouraria)	Janeiro/01	<u>26.026</u>	<u>(18.591)</u>	<u>7.435</u>	<u>7.435</u>
		71.634	(55.075)	16.559	16.559
Tégula	Fevereiro/10	<u>3.436</u>	<u>-</u>	<u>3.436</u>	<u>3.436</u>
Total		<u>75.070</u>	<u>(55.075)</u>	<u>19.995</u>	<u>19.995</u>

Os ágios sobre investimentos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram classificados nos respectivos investimentos, na controladora (BR GAAP), e no intangível, no consolidado (IFRS e BR GAAP).

Teste anual de “impairment”

O Grupo avaliou a recuperação do saldo de ágio oriundo da aquisição da Sama e constatou que não existe necessidade de constituir a redução do saldo não amortizado (“impairment”). O ágio foi alocado para fins de teste de “impairment” no segmento reportável “minério crisotila”, unidade geradora de caixa de extração e comercialização de minério crisotila. A recuperação fundamentada na geração de caixa com a extração e comercialização de minério crisotila foi avaliada com base no seu valor de uso. A taxa de desconto aplicada foi de 10,25% ao ano em fluxo de caixa projetado para cinco anos com base em orçamento aprovado pela Administração.

O Grupo também avaliou a recuperação do saldo do ágio oriundo da aquisição da Tégula e constatou que não existe necessidade de constituir a redução do saldo não amortizado (“impairment”). O ágio foi alocado para fins de teste de “impairment” no segmento reportável “telhas de concreto”. A recuperação fundamentada na geração de caixa com a produção e comercialização de telhas de concreto foi avaliada com base no seu valor de uso. A taxa de desconto aplicada foi de 10,25% ao ano em fluxo de caixa projetado para cinco anos com base em orçamento aprovado pela Administração.

## 12. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Mercado interno	17.590	24.415	36.072	32.997
Ajuste a valor presente	(148)	(146)	(211)	(198)
Mercado externo	<u>2.729</u>	<u>8.254</u>	<u>2.848</u>	<u>8.298</u>
Total	<u>20.171</u>	<u>32.523</u>	<u>38.709</u>	<u>41.097</u>

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a)	2.744	441	4.199	1.024
ACE (b)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.354</u>	<u>19.419</u>
	<u>2.744</u>	<u>441</u>	<u>40.553</u>	<u>20.443</u>
Não circulante-				
Empréstimos e financiamentos (a)	<u>1.671</u>	<u>1.071</u>	<u>7.891</u>	<u>3.491</u>
Total	<u>4.415</u>	<u>1.512</u>	<u>48.444</u>	<u>23.934</u>
Fluxo de pagamento:				
2012	-	461	-	1.066
2013	1.353	323	2.978	928
2014	282	266	1.936	871
2015	<u>36</u>	<u>21</u>	<u>2.977</u>	<u>626</u>
Total	<u>1.671</u>	<u>1.071</u>	<u>7.891</u>	<u>3.491</u>

### (a) Empréstimos e financiamentos

Em março e dezembro de 2011, a Eternit captou recursos através da linha de créditos Financiamento à Importação - Finimp, à taxa de juros de 2,68% e 4,4% ao ano, respectivamente.

## (b) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE

Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada Sama, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$1,8676 e atualizados pela taxa de R\$1,8751 em 31 de dezembro de 2011. A taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Companhia é avalista de parte das operações de ACE da controlada Sama, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 era R\$36.354.

## 14. PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora			
	31/12/10	Adições	Pagamentos	31/12/11
13º salário	-	5.635	(5.635)	-
Férias	5.816	8.556	(8.141)	6.231
Participação nos lucros e resultados (a)	10.804	10.617	(15.417)	6.004
Salários	-	47.957	(47.957)	-
FGTS	453	6.044	(6.048)	449
INSS	1.656	22.587	(22.940)	1.303
Previdência privada (b)	916	5.617	(5.633)	900
Contribuição sindical	(7)	224	(270)	(53)
Total	<u>19.638</u>	<u>107.237</u>	<u>112.041</u>	<u>14.834</u>

	Consolidado			
	31/12/10	Adições	Pagamentos	31/12/11
13º salário	-	10.391	(10.391)	-
Férias	9.831	15.802	(14.230)	11.403
Participação nos lucros e resultados (a)	19.926	18.046	(26.278)	11.694
FGTS	-	75.598	(75.598)	-
INSS	830	10.519	(10.522)	827
Salário	2.935	39.618	(39.873)	2.680
Previdência privada (b)	1.291	8.696	(8.733)	1.254
Contribuição sindical	29	458	(484)	3
Total	<u>34.842</u>	<u>179.128</u>	<u>186.109</u>	<u>27.861</u>

## (a) Participação nos lucros e resultados

O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com o Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/11	31/12/10
Controladora (BR GAAP)	5.787	10.351
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	13.767	20.531

## (b) Previdência privada

O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, com característica de contribuição definida.

## 15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Circulante:				
Tributos sobre os lucros:				
IRPJ	-	628	4.232	11.493
CSLL	-	227	592	2.405
Demais tributos:				
ICMS	5.327	4.082	8.792	7.335
IPÍ	2.201	2.026	2.457	2.223
COFINS	2.058	1.630	3.755	3.404
PIS	442	351	810	736
IRRF	579	288	1.336	967
CFEM	-	-	1.169	1.097
Outros	<u>105</u>	<u>125</u>	<u>311</u>	<u>277</u>
Total	<u>10.712</u>	<u>9.357</u>	<u>23.454</u>	<u>29.937</u>
Não circulante-				
ICMS (*)	<u>6.698</u>	<u>6.757</u>	<u>6.812</u>	<u>7.017</u>

(\*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon.

## 16. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2011 preparado por empresa especializada independente, contabilizou uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

## a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Taxa anual de juro atuarial real	5,6%	6,2%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	1,0%	1,5%
Taxa anual de inflação projetada	5,2%	4,5%
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83

## b) Avaliação

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Número de participantes	325	339	542	559
Valor presente das obrigações no início do exercício	21.374	21.343	30.800	31.063
Juros sobre a obrigação atuarial	2.328	2.249	3.305	3.181
Gastos realizados no exercício	<u>(2.202)</u>	<u>(2.218)</u>	<u>(3.648)</u>	<u>(3.444)</u>
Valor presente das obrigações no fim do exercício	<u>21.500</u>	<u>21.374</u>	<u>30.457</u>	<u>30.800</u>

## c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Perdas atuariais não reconhecidas	879	1.375	1.914	4.038
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(2.150)	(2.137)	(3.046)	(3.080)
Serviço médico futuro esperado (em anos)	15,42	16,42	15,42	16,42

## d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldo contábil no início do exercício	20.931	20.716	29.405	29.449
Gastos realizados no exercício	(2.202)	(2.218)	(3.648)	(3.444)
Complemento de provisão e juros no exercício	<u>2.408</u>	<u>2.433</u>	<u>3.516</u>	<u>3.400</u>
Total	<u>21.137</u>	<u>20.931</u>	<u>29.273</u>	<u>29.405</u>
Circulante	1.645	1.645	2.965	2.835
Não circulante	<u>19.492</u>	<u>19.286</u>	<u>26.308</u>	<u>26.570</u>
Total	<u>21.137</u>	<u>20.931</u>	<u>29.273</u>	<u>29.405</u>

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia, no montante de R\$334.251, estava representado por 89.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

<u>Composição acionária</u>	31/12/11		31/12/10	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	6.302	54.816.669	5.543	50.962.215
Pessoas jurídicas	126	24.164.645	90	1.961.772
Pessoas residentes no exterior	73	6.399.123	72	6.585.698
Clubes, fundos e fundações	<u>132</u>	<u>4.090.197</u>	<u>205</u>	<u>29.960.949</u>
	6.633	89.470.634	5.910	89.470.634
Ações em tesouraria	-	29.366	-	29.366
Total	<u>6.633</u>	<u>89.500.000</u>	<u>5.910</u>	<u>89.500.000</u>

## b) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

<u>Evento</u>	<u>Início de pagamento</u>	<u>Valor total</u>	<u>Valor por ação - R\$</u>
RCA (*) de 27 de abril de 2011	20/05/11	9.305	0,104
RCA (*) de 3 de agosto de 2011	24/08/11	11.989	0,134
RCA (*) de 26 de outubro de 2011	18/11/11	14.673	0,164
RCA (*) de 7 de março de 2012	28/03/12	<u>11.989</u>	0,134
Total		<u>47.956</u>	

(\*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

## c) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente. Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

<u>Evento</u>	<u>Início de pagamento</u>	<u>Valor total</u>	<u>Valor por ação - R\$</u>
RCA (*) de 27 de abril de 2011	20/05/11	5.905	0,066
RCA (*) de 3 de agosto de 2011	24/08/11	5.905	0,066
RCA (*) de 26 de outubro de 2011	18/11/11	5.905	0,066
RCA (*) de 14 de dezembro de 2011	28/03/12	<u>5.905</u>	0,066
Total		<u>23.620</u>	

(\*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

## d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$261 (R\$352 em 2010).

## e) Demonstração do resultado abrangente

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

## f) Lucro líquido por ação

Em conformidade com a norma IAS 33 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação), a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Numerador básico e diluído-		
Lucro líquido do exercício atribuível aos proprietários da Companhia	<u>97.193</u>	<u>102.085</u>
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	<u>89.470</u>	<u>89.470</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>1,09</u>	<u>1,14</u>

Não existe nenhum efeito antidilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

## g) Reserva de retenção de lucros

Em atendimento à Instrução Normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2012 a seguir.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2011, no montante de R\$15.899, totalizando em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$49.394 na rubrica “Reserva de retenção de lucros”.



Orçamento de capital - aplicação de recursos

	Projeção <u>2012</u>
Investimento em ativo imobilizado	56.000
Projetos de novos investimentos	<u>95.900</u>
Total	<u>151.900</u>

## h) Reserva legal

Em 2011, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$4.859 (R\$5.104 em 2010), conforme previsto no artigo nº 193 da Lei das Sociedades por Ações.

## i) Reserva estatutária

Em 2011, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$4.859 (R\$5.104 em 2010). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da Companhia, até atingir 10% do capital social.

## 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/10</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	105.916	112.630	131.140	133.384
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	(36.011)	(38.294)	(44.588)	(45.351)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	22.138	26.082	-	-
Juros sobre o capital próprio	8.031	4.972	8.031	4.972
Doações e brindes	(57)	(805)	(426)	(2.050)
Tributos e multas indedutíveis	(166)	(232)	(168)	(232)
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	8.044
Outras (adições) exclusões	<u>(2.658)</u>	<u>(2.268)</u>	<u>3.204</u>	<u>3.317</u>
Despesa do exercício	<u>(8.723)</u>	<u>(10.545)</u>	<u>(33.947)</u>	<u>(31.300)</u>

## b) Composição do ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais diferidos, apresentados no ativo não circulante, referem-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL	6.662	8.959	15.398	16.893
Benefícios futuros a ex-empregados	5.796	5.130	8.286	8.140
Provisão para riscos	6.829	6.275	15.156	12.801
Lucro não realizado nos estoques	-	-	2.344	2.405
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	1.898	3.125
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.090	2.122	2.537	4.805
Provisão para perdas no ativo imobilizado	1.962	-	1.962	-
Outras provisões	<u>612</u>	<u>1.068</u>	<u>4.789</u>	<u>1.619</u>
Total	<u>22.951</u>	<u>23.554</u>	<u>52.370</u>	<u>49.788</u>

Expectativa de realização dos créditos tributários

## i) Prejuízos fiscais e base negativa da CSLL

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa da CSLL encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/11</u>
2012	2.362	2.746
2013	1.638	2.223
2014	1.852	2.482
2015 a 2021	<u>810</u>	<u>7.947</u>
Total	<u>6.662</u>	<u>15.398</u>

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da CSLL é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

Em 31 de dezembro de 2011, a controlada Tégula tinha prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$33.479 e base negativa da CSLL de R\$33.775, para os quais não foram constituídos impostos diferidos, em virtude de não haver, até 31 de dezembro de 2011, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

j) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/11</u>
2012	4.994	9.471
2013	1.614	2.297
2014	1.582	2.271
2015 a 2021	<u>8.099</u>	<u>22.933</u>
Total	<u>16.289</u>	<u>36.972</u>

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2011, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e a despesa do imposto de renda e da contribuição social.

## 19. PROVISÃO PARA RISCOS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos do Grupo.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Processos trabalhistas	13.997	14.366	21.912	22.354
Processos cíveis e tributários	<u>6.088</u>	<u>4.091</u>	<u>24.933</u>	<u>15.612</u>
Total	<u>20.085</u>	<u>18.457</u>	<u>46.845</u>	<u>37.966</u>

As movimentações na provisão para riscos são apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			
	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/11</u>
Processos trabalhistas	14.366	4.846	(5.215)	13.997
Processos cíveis e tributários	<u>4.091</u>	<u>7.306</u>	<u>(5.309)</u>	<u>6.088</u>
Total	<u>18.457</u>	<u>12.152</u>	<u>(10.524)</u>	<u>20.085</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/11</u>
Processos trabalhistas	22.354	11.248	(6.382)	27.220
Processos cíveis e tributários	<u>15.612</u>	<u>10.406</u>	<u>(6.393)</u>	<u>19.625</u>
Total	<u>37.966</u>	<u>21.654</u>	<u>(12.775)</u>	<u>46.845</u>

O Grupo efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

A provisão para riscos trabalhistas refere-se a ações indenizatórias, acidente de trabalho e reclamações trabalhistas, consideradas pelos consultores jurídicos como perda provável.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo mantinha em andamento ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, cujas avaliações dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda foram consideradas como possíveis.

Também possuía ação popular na Comarca de Poções que está relacionada às ações civis públicas mencionadas.

O Grupo mantinha em andamento uma ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contêm mineral crisotila naqueles Estados. A ação proposta pelo Ministério Público do Rio de Janeiro foi julgada improcedente e encontra-se pendente de julgamento do recurso. A ação no Estado de Pernambuco ainda não foi julgada.

Na mesma data, o Grupo mantinha em andamento uma Ação de Improbidade Administrativa em que se discutiam questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

Também possuía uma Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra para a controlada Sama.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos do Grupo classificam a possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$6.112 (R\$5.850 em 2010); portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas e processos cíveis, tributários e administrativos.

## 20. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade financeira devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelo Grupo e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contribuições efetuadas	<u>2.766</u>	<u>2.286</u>	<u>3.530</u>	<u>3.996</u>

## 21. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receita bruta de vendas	631.037	576.137	1.077.296	995.956
(-) Ajuste a valor presente	(2.077)	(1.527)	(5.516)	(4.654)
Descontos e abatimentos incondicionais	(3.838)	(8.079)	(3.954)	(8.607)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(160.038)</u>	<u>(142.215)</u>	<u>(247.588)</u>	<u>(223.950)</u>
Receita operacional líquida	<u>465.084</u>	<u>424.316</u>	<u>820.238</u>	<u>758.745</u>

## 22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

O Grupo apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Custo dos produtos vendidos	(337.207)	(298.498)	(497.337)	(433.030)
(-) Ajuste a valor presente	676	622	882	811
Despesas com vendas	(51.940)	(41.932)	(97.294)	(88.403)
Despesas gerais e administrativas	<u>(43.174)</u>	<u>(50.816)</u>	<u>(95.846)</u>	<u>(101.311)</u>
Total	<u>(431.645)</u>	<u>(390.624)</u>	<u>(689.595)</u>	<u>(621.933)</u>
Classificados como:				
Matéria-prima consumida	(230.384)	(203.487)	(334.236)	(305.712)
Despesas com pessoal e encargos	(86.908)	(88.438)	(139.252)	(133.463)
Materiais, energia elétrica e serviços	(41.157)	(61.741)	(61.453)	(61.872)
Despesas variáveis de vendas	(5.319)	(2.481)	(24.359)	(33.353)
Depreciação e amortização	(12.921)	(9.051)	(24.979)	(18.154)
Serviços de terceiros	(12.033)	(10.749)	(24.962)	(19.792)
Comissões sobre vendas	(8.377)	(1.862)	(17.125)	(2.829)
Contribuição para entidades de classe	(1.231)	(1.502)	(3.764)	(10.601)
Propaganda e publicidade	(7.401)	(3.289)	(7.547)	(9.159)
Impostos e taxas	(2.182)	(2.536)	(4.734)	(5.991)
Outras	<u>(23.732)</u>	<u>(88.438)</u>	<u>(47.184)</u>	<u>(133.463)</u>
Total	<u>(431.645)</u>	<u>(390.624)</u>	<u>(689.595)</u>	<u>(621.933)</u>

## 23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Outras receitas operacionais:				
Vendas de bens do imobilizado	132	783	1.060	2.475
Receitas eventuais	2.191	888	5.114	4.480
Outras vendas	-	-	202	200
Dividendos e juros sobre o capital próprio				
prescritos	-	174	-	174
Realização de receitas antecipadas	-	68	-	115
Aluguéis	-	-	1.741	1.984
Incentivo fiscal - Desenvolve Bahia	3.346	-	3.346	-
Outras	<u>2</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>5.671</u>	<u>1.928</u>	<u>11.463</u>	<u>9.428</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos	(4.286)	(2.850)	(5.608)	(11.051)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(2.134)	(2.249)	(3.111)	(3.181)
Recuperação ambiental	-	-	-	(949)
Provisão para perdas diversas	-	(1.791)	-	(1.791)
Impostos sobre outras vendas	(147)	(579)	(1.015)	(1.296)
Garantia de qualidade	(590)	(142)	(735)	(276)
Substituição de produto avariado	(232)	(521)	(241)	(529)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(918)	(1.116)	(7.242)	(1.487)
Custo da baixa do imobilizado	(5.806)	(434)	(5.885)	(628)
Outras	<u>576</u>	<u>526</u>	<u>(968)</u>	<u>(1.392)</u>
	(13.537)	(9.156)	(24.805)	(22.580)
Total	<u>(7.866)</u>	<u>(7.228)</u>	<u>(13.342)</u>	<u>(13.152)</u>

## 24. DESPESAS (RECEITAS) FINANCEIRAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(308)	(97)	(651)	(122)
Juros sobre mútuo	(2.834)	(2.216)	-	-
Juros passivos	(859)	(670)	(1.981)	(1.655)
Despesas bancárias	(598)	(529)	(874)	(760)
Descontos concedidos	(545)	(329)	(2.933)	(1.507)
IOF	(280)	(235)	(519)	(492)
PIS e COFINS - juros sobre o capital próprio	(846)	(716)	(846)	(827)
Variações cambiais passivas	(852)	(174)	(20.285)	(16.986)
Outras	<u>(83)</u>	<u>(57)</u>	<u>(1.731)</u>	<u>(327)</u>
	(7.205)	(5.023)	(29.820)	(22.676)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.219	7.012	6.917	8.909
Descontos obtidos	3.485	3.390	435	53
Juros ativos	3.564	2.234	6.992	5.668
Variações monetárias ativas	3.156	978	3.238	1.127
Variações cambiais ativas	1.269	864	20.235	16.547
Ganho com processo judicial (PIS/COFINS)	1.687	-	4.053	-
Outras receitas financeiras	<u>4.056</u>	<u>-</u>	<u>1.789</u>	<u>96</u>
	22.436	14.478	43.659	32.400
Receitas financeiras, líquidas	<u>15.231</u>	<u>9.455</u>	<u>13.839</u>	<u>9.724</u>

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos reportáveis do Grupo de acordo com a IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 são os seguintes:

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
<u>Descrição</u>	<u>Área geográfica</u>
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
Mineral crisotila	Mercados local e estrangeiro
Telhas de concreto	Mercado local
Outros	Mercado local

- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água e peças complementares.
- Mineral crisotila: inclui a exploração e venda de mineral crisotila.
- Telhas de concreto: inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.
- Outros: incluem a fabricação e venda de componentes para sistemas construtivos e caixas d'água de polietileno e a revenda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar e acessório de telhas metálicas.

## a) Receitas e resultados dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Receita líquida		Lucro Bruto	
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	98.956	95.844	27.452	26.021
	Sul	113.088	107.614	31.373	32.031
	Centro-Oeste	171.544	156.699	50.929	50.770
	Norte e Nordeste	71.664	68.896	19.880	20.530
	Exportação	-	51	-	50
		<u>455.252</u>	<u>429.104</u>	<u>129.634</u>	<u>129.402</u>
Mineral crisotila	Mercado interno	114.162	109.537	100.787	80.633
	Mercado externo	<u>100.382</u>	<u>111.268</u>	<u>47.682</u>	<u>81.909</u>
		<u>214.544</u>	<u>220.805</u>	<u>148.469</u>	<u>162.542</u>
Telhas de concreto		<u>77.325</u>	<u>57.963</u>	<u>29.184</u>	<u>18.754</u>
Outros		<u>73.117</u>	<u>50.873</u>	<u>16.496</u>	<u>15.828</u>
Receita líquida		<u>820.238</u>	<u>758.745</u>		
Lucro bruto				<u>323.783</u>	<u>326.526</u>



		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Despesas e receitas</u>			
Fibrocimento e cimento fio sintético			
Despesas com vendas	Sudeste	(12.345)	(10.543)
	Sul	(14.108)	(11.459)
	Centro-Oeste	(21.401)	(16.502)
	Nordeste/Norte	<u>(8.940)</u>	<u>(7.334)</u>
	Total	<u>(56.795)</u>	<u>(45.838)</u>
Despesas administrativas	Sudeste	(5.317)	(9.174)
	Sul	(6.076)	(9.971)
	Centro-Oeste	(9.217)	(14.359)
	Nordeste/Norte	<u>(3.852)</u>	<u>(6.382)</u>
	Total	<u>(24.461)</u>	<u>(39.886)</u>
Outras receitas e despesas	Sudeste	(2.473)	(2.138)
	Sul	(2.825)	(2.324)
	Centro-Oeste	(4.285)	(3.346)
	Nordeste/Norte	<u>(1.791)</u>	<u>(1.487)</u>
	Total	<u>(11.373)</u>	<u>(9.295)</u>
Mineral Crisotila			
Despesas com vendas	Mercado interno	(15.687)	(16.993)
	Mercado externo	<u>(13.794)</u>	<u>(17.262)</u>
	Total	<u>(29.481)</u>	<u>(34.255)</u>
Despesas administrativas	Mercado interno	(20.130)	(21.259)
	Mercado externo	<u>(17.701)</u>	<u>(21.595)</u>
	Total	<u>(37.831)</u>	<u>(42.584)</u>
Outras despesas	Mercado interno	(3.641)	(505)
	Mercado externo	<u>(3.201)</u>	<u>(513)</u>
	Total	<u>(6.842)</u>	<u>(1.018)</u>
Telhas	Despesas com vendas	(11.019)	(8.311)
	Despesas administrativas	(16.369)	(8.613)
	Outras receitas e despesas	<u>1.528</u>	<u>(3.342)</u>
	Total	<u>(25.860)</u>	<u>(20.266)</u>
Lucro antes dos impostos		<u>131.140</u>	<u>133.384</u>

Vendas entre partes relacionadas

O segmento de mineral crisotila vendeu R\$80.157 para o segmento de fibrocimento e cimento de fio sintético em 2011 (R\$79.987 em 2010).

Nenhum cliente da controladora representa mais de 1,5% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2011 (1,66% em 2010).

## b) Ativos e passivos dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Ativos		Passivos	
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	209.105	38.698	11.255	8.119
	Sul	53.421	89.720	4.450	4.620
	Centro-Oeste	62.929	64.828	6.907	8.586
	Norte e Nordeste	<u>26.094</u>	<u>32.450</u>	<u>2.718</u>	<u>1.648</u>
		351.549	225.696	25.330	22.973
Mineral crisotila		205.630	110.499	49.217	10.123
Telhas de concreto		88.851	43.395	35.365	3.949
Outros produtos (*)		14.951	54.115	180	2.776
Outras contas do balanço		<u>30.954</u>	<u>227.373</u>	<u>143.733</u>	<u>208.768</u>
		<u>691.935</u>	<u>661.078</u>	<u>253.829</u>	<u>248.589</u>

(\*) Componentes para sistemas construtivos, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias e filtros.

## c) Outras informações dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		Depreciação, amortização e exaustão	
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	2.189	2.017
	Sul	4.097	3.657
	Centro-Oeste	1.835	1.689
	Norte e Nordeste	<u>2.198</u>	<u>1.153</u>
		10.319	8.516
Mineral crisotila		6.428	5.400
Telhas de concreto		4.343	2.673
Outros		<u>1.716</u>	<u>1.565</u>
Total		<u>22.806</u>	<u>18.154</u>

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		Adições ao imobilizado e intangível	
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	6.880	1.021
	Sul	2.908	10.767
	Centro-Oeste	4.226	2.688
	Norte e Nordeste	<u>861</u>	<u>15.116</u>
		14.875	29.592
Mineral crisotila		9.765	15.544
Telhas de concreto		18.919	15.447
Outros		<u>2.798</u>	<u>2.438</u>
Total		<u>46.356</u>	<u>63.021</u>

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros contratados pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2011, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Bens cobertos</u>	<u>Valor da cobertura</u>
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	<u>244.400</u>

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Considerações gerais

O Grupo contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contratos de câmbio.

A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros mantidos pelo grupo são classificados sob as seguintes categorias:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Grupo não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o Grupo não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados sob as seguintes categorias:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

ii) Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso do Grupo, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº13) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros (nota explicativa nº12).

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração do Grupo elege as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

Empréstimos e financiamentos

As operações estão registradas de acordo com os contratos celebrados e as respectivas taxas de juros usuais de mercado, conforme nota explicativa nº 13.

Na sua totalidade, os empréstimos e financiamentos são denominados em moeda nacional e são corrigidos pelo CDI pós-fixado.

Contratos de câmbio

## i) Riscos cambiais

A controlada Sama realiza operações de Adiantamento de Contratos de Câmbio - ACC, visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados para o mercado externo. Mais detalhes, vide nota explicativa nº 13.(b).

## ii) Riscos de taxa de juros

O Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas.

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

## b) Exposição cambial

Em 31 de dezembro de 2011, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, preponderantemente indexada ao dólar norte-americano, e relacionados à controlada Sama, são conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Cotação em 31/12/11 (US\$1,00 = R\$1,00)
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	
Clientes no mercado externo	44.184	38.074	1,8751
Fornecedores no mercado externo	(2.522)	(8.299)	1,8751
ACE	(36.354)	(19.419)	1,8751
Comissões no exterior	(149)	(111)	1,8751
Frete internacionais	<u>(526)</u>	<u>(477)</u>	1,8751
Total da exposição cambial	<u>4.633</u>	<u>9.768</u>	

## c) Exposição à taxa de juros

As exposições ativas (passivas) do Grupo à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativo-				
Aplicações financeiras (i)	45.929	54.232	63.679	77.294
Passivo:				
ACE (ii)	-	-	(36.354)	(19.419)
Empréstimos e financiamentos (iii)	<u>(4.415)</u>	<u>(1.512)</u>	<u>(12.091)</u>	<u>(4.515)</u>
Total da exposição à taxa de juros	<u>41.514</u>	<u>52.720</u>	<u>15.234</u>	<u>53.360</u>

(i) Estão representadas por fundos de renda fixa e CDB, com remuneração média de 104% do CDI (vide notas explicativas nº 4 e nº 5).

(ii) O deságio aplicado pelo desconto dos recebíveis corresponde à taxa PRIME com variação média entre 1,12% e 3,03% ao ano (vide nota explicativa nº 13).

(iii) Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP com taxa média de 2,68% e 4,4% ao ano (vide nota explicativa nº 13).

## d) Valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros do Grupo refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, empréstimos e ACE, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares.

## e) Análise de sensibilidade

## i) Exposição cambial

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011 (R\$1,8751 por US\$1,00), foram estimados quais seriam os ajustes do contas a receber, ACE, comissões e fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2011.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a controlada Sama incorreria nos seguintes resultados com seus impactos nas demonstrações financeiras consolidadas:

<u>Cenário</u>	<u>Variação - %</u>	<u>Valorização - R\$</u>	<u>Desvalorização - R\$</u>	<u>Ganhos ou perdas - R\$</u>
Provável	2	1,9126	1,8376	174
Possível	25	2,3439	1,4063	2.172
Remoto	50	2,8127	0,9376	4.344

ii) Exposição à taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas prefixadas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI e taxas prefixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP, líquidos das aplicações financeiras, também indexadas ao CDI (nota explicativa nº 5).

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida(o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com os seguintes cenários:

<u>Descrição</u>	<u>Risco do Grupo</u>	<u>Controladora</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Ativo líquido	Alta da taxa	101	1.257	2.514
<u>Descrição</u>	<u>Risco do Grupo</u>	<u>Consolidado</u>		
		<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Ativo líquido	Alta da taxa	136	1.700	3.399

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas na BM&FBOVESPA nas datas previstas dos vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição às taxas de juros. Os cenários possível e remoto consideram uma alta das taxas de juros em 25% (14,13% ao ano) e 50% (16,96% ao ano), respectivamente.

## f) Risco de crédito

As vendas do Grupo são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 2,96% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2011 (1,66% em 2010).

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

## g) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/11		31/12/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber	72.592	72.592	63.889	63.889
Partes relacionadas	<u>22.864</u>	<u>22.864</u>	<u>16.120</u>	<u>16.120</u>
Total	<u>95.956</u>	<u>95.956</u>	<u>32523</u>	<u>32523</u>
Passivos financeiros:				
Mantidos ao custo amortizado:				
Fornecedores	20.171	20.171	32.523	32.523
Empréstimos e financiamentos	2.744	2.744	441	441
Partes relacionadas	<u>33.573</u>	<u>33.573</u>	<u>24.750</u>	<u>24.750</u>
Total	<u>56.488</u>	<u>56.488</u>	<u>57.714</u>	<u>57.714</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/11		31/12/10	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis-				
Contas a receber	156.273	156.273	135.299	135.299
Ao valor justo por meio do resultado-				
Ações Eletrobrás	<u>1.389</u>	<u>1.389</u>	<u>1.389</u>	<u>1.389</u>
Total	<u>157.662</u>	<u>157.662</u>	<u>136.688</u>	<u>136.688</u>



	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/11		31/12/10	
	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>justo</u>	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>justo</u>
Passivos financeiros-				
Mantidos ao custo amortizado:				
Fornecedores	38.709	38.709	41.097	41.097
Empréstimos e financiamentos	<u>40.553</u>	<u>40.553</u>	<u>20.443</u>	<u>20.443</u>
Total	<u>79.262</u>	<u>79.262</u>	<u>61.540</u>	<u>61.540</u>

## 28. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS

### Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada Sama segue o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, devidamente homologado e com cronograma para “remonte da Mina”, após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Sama está apta para extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício social, a Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Taxa de desconto	9,08% a.a.	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.	4,5% a.a.

### Valor presente dos desembolsos esperados

<u>Ano</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
2042	1.002	905
2043	889	803
2044	477	429
2045 a 2049	<u>405</u>	<u>368</u>
Total	<u>2.773</u>	<u>2.505</u>

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2011 foi de R\$268 (R\$242 em 2010), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

Recursos minerais

A abertura dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada Sama, é conforme segue:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Recursos minerais	8.767.212 t	9.073.532 t
Produção anual	306.320 t	302.257 t
Vida útil estimada da mina (*)	30,3 anos	31,5 anos

(\*) A diminuição da vida útil estimada deve-se à revisão da estimativa de produção da mina com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

## 29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2012.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

SERGIO ALEXANDRE MELLEIRO

Presidente do Conselho de Administração

ÉLIO ANTONIO MARTINS

LÍRIO ALBINO PARISOTTO

LUIZ BARSÍ FILHO

VICTOR ADLER

LUIS TEREPIINS

MARCELO MUNHOZ AURICCHIO

**CONSELHO CONSULTIVO**

GUILHERME AFFONSO FERREIRA

MARIO FLECK

**DIRETORIA**

ÉLIO ANTONIO MARTINS

Presidente (\*)

(\*) Diretor de Relações com Investidores

FLAVIO GRISI

MARCELO FERREIRA VINHOLA

NELSON PAZIKAS

ROGÉRIO RENNER DOS SANTOS

RUBENS RELA FILHO

SAULO SIMONI NACIF

**CONTADOR**

GILBERTO COMINATO

CRC-TC 1SP188839/O-0